DA CASA DAS FORMAS A VILLEGAGNON

Professor Luiz Fernando Lago Bibiani

Este trabalho foi planejado para tratar da docência e dos currículos da escola de formação dos oficiais de marinha em Portugal com a Academia Real de Guardas-Marinha e, no Brasil, com ela e até a nossa Escola Naval. Todavia, a riqueza de informações e, principalmente, a consciência do perfil do leitor de "Villegagnon" nos levaram a parcelar o texto em períodos, tratando este primeiro até o entorno da independência do Brasil, em relato que busca ser digestivo e não acadêmico, estando indicadas na bibliografia as fontes para um aprofundamento aos interessados.

Colocamo-nos à disposição para esclarecimentos pontuais e agradecemos as críticas visando o prosseguimento deste trabalho.

PARTE I - A COMPANHIA E SUA ACADEMIA

Nas nações, com o fortalecimento do poder central, aflora a necessidade deste ter à disposição quadros que, no mar, aliem à arte e à ciência a obediência ao poder em terra. Um capitão é senhor de seu barco e de como empregá-lo na vastidão das águas, capaz de engajá-lo escoteiro ou em manobra conjunta. Representa um poder bem mais escorregadio e livre que seu correspondente de armas que atua em terra.

Aprende-se a navegar, aprende-se a combater. E mesmo os que possuem o dom de fazê-los bem sempre podem fazê-los melhor. E nisto o surgimento de uma instituição específica para instrução – a escola - tem papel marcante, não só como acelerador do processo, mas principalmente para inculcar escala de valores nos que adiante vão comandar.

Na França, Luiz IX cria o Almirantado e seus Guardas, que se ocupavam da Navegação e do Comércio (que crescia então de importância entre as nações) e logo Richelieu, em 1626, os subordina, transformando-os na Companhia dos Guardas (ou Arqueiros) do Cardeal: eram 16 fidalgos, tirados da elite e que tinham o que preservar em privilégios. Adiante, (1669) Colbert institucionaliza, ainda com nobres, uma Academia de Guardas-Marinha e os instrui e forma em navegação e matemáticas.

A Espanha, em 1717, cria o Real Corpo de Cavalheiros Guardas-Marinha, na sombra da França. A Inglaterra faz o mesmo em 1729 ao institucionalizar o Colégio Real da Marinha.

Portugal em 1761, sob D. José I, cria a classe dos Guardas-Marinha (lá os cadetes nas forças de terra já tinham surgido em 1757). Esta classe de Guardas-Marinha não chegou a ter vida face disputas entre a nobreza e o Marquês de Pombal, sendo extinta em 1777.

Mas em 1779 é criada por decreto a Academia Real de Marinha, que em curso de 3 anos ensinava ciências e navegação. A dita Academia, instalada no Colégio Real dos Nobres em 1780, destinava-se, basicamente, a formar pilotos, capitães, que eram voltados para o comércio em expansão e que episodicamente podiam servir à Armada Real, após dois anos de embarque depois do curso e de uma viagem à Índia ou ao Brasil. Seus alunos eram civis e não necessariamente nobres, inclusive porque à época trabalhar não era senso comum entre fidalgos, ainda mais em lide extenuante e arriscada. Aquela Academia existiu até 1837, quando foi transformada em Escola Politécnica.

Em 14/12/1782 D. Maria I, através decreto, cria a Companhia Real de Guardas-Marinha (CRGM), especificamente para formar oficiais para a Armada Real, instalando-a na Casa das Formas, dentro do Arsenal de Marinha em Lisboa.

" Considerando o muito que convém ao regular serviço da Marinha

que nelle haja educação de Officiaes que se fação dignos pela sua

instrucção e préstimo de subirem aos postos maiores ..."

Ressalto que seus integrantes, ao sentar praça na CRGM (militar), necessariamente passavam a alunos da Academia Real de Guardas-Marinha (ARGM) (acadêmica), que de início nem este nome tinha (era

"Academia" da Companhia Real de Guardas- Marinha); a Academia só existiu formalmente em 23/09/1796. "Academia" tinha então o sentido de "aula" ou "conjunto de aulas". Houve inúmeros casos de alunos da ARGM que não pertenciam à CRGM – eram civis e até segundos-tenentes do mar comissionados anteriormente pelo Rei. Na verdade, a Academia sempre teve um efetivo maior que a Companhia. Também houve casos de praça na CRGM por menores de 14 anos, certamente para receber o soldo a que passaram a fazer juz os Aspirantes depois de 1800: em 1818 Luiz da Cunha Moreira sentou praça como Aspirante quando contava 3 anos; em 1823 passou a Guarda-Marinha e em 1828 matriculou-se na Academia. Seguiu a carreira, chegando a Vice-Almirante e falecendo em 1893. Era filho do Visconde de Cabo Frio, que foi o primeiro-ministro da Marinha pós-independência. A CRGM tinha inicialmente um Comandante, um secretário, um guarda-livros, um porteiro e dois guardas. A ARGM tinha o Diretor (cargo acumulado por muito tempo com o de Comandante) e os lentes. Ao longo do tempo ocorreram diversos choques entre os lentes e o Comandante/Diretor, pois aqueles não se consideravam subordinados deste (s). Lembro que os lentes, pelos Regulamentos Provisionais, adiante citados, tinham os privilégios dos lentes da Universidade de Coimbra e nesta existia a autonomia da cátedra.

O primeiro comandante da CRGM foi Manoel Carlos da Cunha Silveira e Lorena, sexto Conde de São Vicente, que era Marechal de Campo dos Reais Exércitos; foi nomeado no mesmo posto para o serviço no mar e colocado como Ajudante de Ordens do Marquês de Angeja, Capitão General da Armada Real. Foi Comandante de 14/12/1782 até 1795, quando faleceu. Substituiu-o seu vice, o qual, além de oficial de marinha, era também o lente que especificamente supervisionava os estudos na ARGM: o Capitão de Fragata José Maria Dantas Pereira de Andrade. Este, que acompanhou a vinda da Família Real, permaneceu de 1796 até 1817 quando, já Chefe de Divisão, foi comandar uma esquadra em Portugal. Substituiu-o o Chefe de Divisão Francisco Maria Telles até 1823. É de notar-se o posto elevado daqueles que comandavam a CRGM.

A Academia, que formalmente passou a existir em 1796, tinha sua direção exercida cumulativamente pelo comandante da CRGM, mas só em 1807 Dantas Pereira foi nomeado diretor. Também em 1796 foi feita a primeira reforma nos cursos e estatutos da CRGM.

A CRGM era constituída por três brigadas, inicialmente cada uma com até 20 GM, cada uma com um chefe de brigada, um brigadeiro e um sub-brigadeiro (eram os então oficiais-alunos). Para os "faccioens" (serviços) na parte da manhã (quando eram dadas as aulas) corria escala entre as três brigadas, sendo o serviço da tarde (guarda no portão principal da Casa das Formas) prestado pela brigada "a que tocar a lição de esgrima ou de arma de mão". Daí a origem das "Classes" de então e das "Turmas" de nossa Escola Naval.

Enquanto em 1782 eram previstos 48 Guardas-Marinha, em 1796 o quantitativo passou a 60, sendo a Companhia e a "Academia" reguladas por três documentos: "Regulamento Provisional que por Ordem do Ilmo. e Exmo. Sr. Marquês de Angeja Capitão General da Armada devem observar os Guardas-Marinha dentro e fora da Academia" (25/03/1783), "Regulamento Provisional para Serviço e Instrução dos Destacamentos de Guardas-Marinha embarcados em os Navios e Fragatas da Rainha Minha Senhora" (25/04/1783) e o "Regulamento Provisional da Companhia de Guardas-Marinha (talvez em 09/1785).

Em 1820 a ARGM passa a chamar-se Academia Nacional e Real de Marinha; ao ser proclamada a independência passou a ser a Academia Nacional e Imperial de Guardas Marinha. Em 07/04/1824, com seu novo comandante, Chefe de Divisão Diogo Jorge de Brito (que o era desde 29/10/1823), prestaram juramento à Constituição de 25/03/1824 4 lentes, 3 mestres, 1 cirurgião, 1 porteiro, 1 professor de desenho, 1 encarregado da biblioteca, 1 guarda, 14 GM e 19 Aspirantes.

Por ocasião da independência, diversos lentes, GM e Aspirantes deixaram a Academia, regressando alguns a Portugal.

PROFESSORADO

As aulas iniciaram-se em 24/03/1783, sendo todos os professores portugueses.

Havia então:

3 lentes de matemática (ditos proprietários) e 2 lentes substitutos;

1 lente de artilharia e 2 mestres;

1 lente de aparelho;

1 lente de construção naval prática e desenho.

Os lentes, nomeados pelo monarca (o primeiro concurso seja em Portugal, seja no Brasil, foi realizado em março de 1859), por vezes eram transferidos para a Universidade de Coimbra, tendo sido lentes diversos brasileiros (o primeiro foi Antônio Pires Silva Pontes,

em 1791), oficiais de marinha e até um frei (Pedro de Marianna, em 1817). Por ser exaustivo, remetemos à obra do CMG Boiteaux citada na bibliografia (e que existe em nossa Biblioteca), o rol dos lentes.

Os programas eram elaborados pelos lentes, dando ciência ao Diretor da Academia, este encaminhando-os via Conselho do Almirantado à Rainha; na realidade eram dois blocos de aulas – matemáticas (Aritmética, Geometria etc) e artes (Aparelho, Manobra, Armas)

Para ser nomeado lente (proprietário ou substituto) era necessário ou ter sido aprovado pela Universidade de Coimbra ou ter feito o Exame Geral do Curso Matemático da Real Academia de Marinha ou ser concluinte da Academia Real de Guardas-Marinha e se mostrado capaz;

Os lentes substitutos eram promovidos a proprietários por antigüidade e gozavam dos privilégios dos lentes da Universidade de Coimbra.

ALUNADO

Para ser admitido na CRGM (e sentar praça como Aspirante) era necessário ser fidalgo de "dois costados" (até 1800), ter mais de 14 e menos de 20 anos, não ser deficiente físico, apresentar declaração por qualquer dos lentes da ARGM de ser apto em aritmética e língua francesa, além de outras exigências.

Além dos candidatos fidalgos, teriam preferência na admissão os filhos de oficiais generais, de capitães-de-mar-e-guerra, de capitães-de-fragata e capitães-tenentes, em especial dos mortos em ação. A seguir, os filhos de oficiais do exército nas mesmas condições. No Brasil, já sem exigências de fidalguia, a matrícula na ARGM exigia apenas "saber ler, escrever e contar" e contabilizam-se, entre os civis que a cursaram, tenentes do mar, religiosos, além de muitos portugueses e brasileiros, alguns angolanos, italianos, espanhóis e franceses.

Estudavam (1796) Aritmética, Geometria, Trigonometria e Aparelho de Navios no primeiro ano; Álgebra até equações do segundo grau, aplicações dela à Aritmética, Geometria seções cônicas, Mecânica aplicada ao Aparelho e à Manobra, Desenho e rudimentos de Construção de Navios no segundo ano; Trigonometria Esférica, Navegação teórica e prática; rudimentos de Tática Naval; rudimentos de Artilharia e exercício de fogo;Tática Militar e Artilharia Prática no terceiro ano.

Eram estudos destinados a capacitá-los em pilotagem, aparelho, artilharia, construção, calafeto e manejo de armas (branca e de fogo), currículo mais extenso e especializado que o da Real Academia de Marinha, citada no início. Todavia encontramos na documentação, por vezes, a Academia Real de Guardas-Marinha (instalada na Casa das Formas e que veio para o Brasil em fins de 1807) nominada Academia Real de Marinha (que é anterior, instalada no Colégio Real dos Nobres e que permaneceu em Lisboa quando da vinda da Família Real). A comparação dos currículos das duas Academias evidencia suas destinações.

Os alunos do primeiro ano (já em 1783 citados como Aspirantes, mas formalmente só em 1788), tinham uniforme semelhante ao dos Guardas-Marinha (segundo e terceiro anos). Inicialmente os Aspirantes embarcavam no início do primeiro ano (o primeiro embarque foi em 25/04/1783), mas a partir de 1788 o faziam ao final do primeiro ano do curso como requisito para Guarda-Marinha; e a partir de 1799 o embarque passou ao final do curso, sendo condição necessária para promoção a segundo tenente do mar. Isto porque, face às condições da época, inclusive estado de guerra, ocorreram casos de embarques demorados e ao retornarem e recomeçarem as aulas alongavam o curso, levando a permanências de até 7 anos na ARGM.

A ROTINA NA CRGM/ARGM OBSERVAVA:

- o curso era de 3 anos letivos, externo, com 3 horas de aula pela manhã, sendo as primeiras hora e meia destinadas às matemáticas; intervalo de 15 minutos e outras hora e meia para as demais artes navais (aparelho, artilharia, calafate), "devendo metade seja destinada para a repetição que os estudantes devem fazer da lição antecedente e a outra metade para os lentes explicarem a lição daquele dia";
- o ano letivo ia de 01/10 a 30/06, destinando-se julho para os exames;
- o início das aulas era às 9 horas (outubro – março) e 8 horas (abril – julho);
- férias em agosto e setembro, além de folga (soeto) no Natal, na Páscoa, além das folgas às quintas-feiras, se não houvesse naquela semana dia santo ou de gala, quando esta substituiria aquela;
- aos sábados eram realizados exercícios presididos pelos lentes, sendo sorteados alunos argüentes e alunos defendentes dos assuntos lecionados na semana (avaliação contínua?);
- os exames em julho eram realizados perante banca (matemáticas) de três lentes (sendo presidente o da disciplina), a matéria sendo sorteada 24 horas antes, com o conceito de aprovado ou reprovado; a banca de artes navais tinha dois lentes, sendo as questões

apresentadas pelo lente da disciplina e também com o conceito de aprovado ou reprovado;

- quem não tivesse feito exames em julho o faria de 1 a 10 de outubro à tarde, para não prejudicar as aulas da manhã;

- era admitida uma repetência; na segunda reprovação, exclusão da Academia;

- era necessária a aprovação em embarque (para os da CRGM) em viagem à Índia ou Brasil para ser comissionado segundo tenente do mar;

- se o aluno faltasse sem causa por 30 dias era considerado reprovado, perdendo o soldo dos dias (dobrado nos sábados, dia de exercícios); se faltasse 60 dias com motivo justo perderia o ano, mas não seria considerado reprovado nem perderia o soldo;

- quem faltasse ao exame (julho) sem causa justa ou não quisesse prestá-lo seria considerado reprovado;

- os GM (e depois os Aspirantes) recebiam soldo mas não "comedorias", exceto quando embarcados;

- a praça de Aspirante era dada pelo comandante da CRGM;

- entre os alunos ilustres, da criação até a independência, citamos o poeta Manoel Maria de Barbosa du Bocage, matriculado na classe de 1783; o brasileiro Felisberto Caldeira Brant Pontes, depois Marechal do Exército e Marquês de Barbacena, que teve papel importante na introdução aqui da navegação a vapor bem como na contratação de Cochrane e outros oficiais ingleses que auxiliaram na consolidação da independência.

No Brasil, tabulando por ano, os matriculados no primeiro ano da Academia e os que seguiram a carreira como oficiais, temos o mostrado abaixo.

Da chegada ao Brasil até a independência, inclusive, foram matriculados 264 alunos, tendo servido como oficiais 74 (estes totais não batem com os totais da tabela, face às discrepâncias nas fontes consultadas).

É preciso notar as condições da época, com quase nenhuma oferta de cursos superiores e a evasão elevada, pois muitos desistiam durante o curso ou não seguiam a carreira naval.

Ao término do curso o GM recebia uma carta de aprovação que era assinada pelo Comandante do CRGM e por todos os lentes da Academia Real de GM (em 1804 o Ministro da Marinha cessou esta prática, respondendo a consulta do Comandante da CRGM, motivada provavelmente pela situação de autonomia dos lentes, visto que continuavam a ocorrer confrontações, mesmo depois que surgiu a figura de Diretor da ARGM. A seguir, se proposto pelo Comandante da CRGM ou pelo Conselho do Almirantado, o Rei podia comissioná-lo como segundo tenente do mar e embarcá-lo. Se não o fizesse, permaneceria como GM, em serviço ou demitia-se. Na carreira (que ia se estruturando), os concluintes pela ARGM passaram a ter preferência nas promoções aos postos vagos e, em 1800, o Príncipe Regente determinou que as promoções fossem três quartos por antigüidade e um quarto por merecimento, com razões que justificassem.

ANO	MATRICULADOS	CARREIRA NA MARINHA REAL	OBSERVAÇÕES
1808	14	5	Nenhum brasileiro
1809	31	6	15 brasileiros, 3 oficiais
1810	23	5	6 brasileiros, nenhum oficial
1811	14	3	5 brasileiros, um oficial
1812	5	0	2 brasileiros, nenhum oficial
1813	14	0	3 brasileiros, nenhum oficial
1814	9	2	4 brasileiros, nenhum oficial
1815	14	3	7 brasileiros, nenhum oficial
1816	15	3	5 brasileiros, um oficial
1817	21	7	10 brasileiros, dois oficiais
1818	141 cabo de esquadra	7	12 brasileiros, cinco oficiais
1819	18 (inclusive 1 furriel português	11	10 brasileiros, quatro oficiais
1820	10	3	9 brasileiros, dois oficiais
1821	32	8(inclusive os portugueses Francisco Manoel Barroso da Silva, Barão de Amazonas e Joaquim José Inácio, Visconde de Inhaúma	20 brasileiros, nenhum '' oficial
1822	32	12	23 brasileiros, 6 oficiais

Os segundos-tenentes embarcados funcionalmente apresentavam relatórios (variação da agulha, latitudes, marés, configuração das cartas etc) aos lentes que, após análise, reportavam ao Conselho do Almirantado, dependendo disto a promoção a primeiro tenente do mar.

VINDA PARA O BRASIL

Mas a situação política e militar, resultado das guerras napoleônicas, levou a que, previdentemente, a Corte portuguesa se preparasse para deixar Lisboa rumo ao Brasil. Ao contrário do que alguns acreditam, a transmigração da Família Real e seu enorme séquito foi preparada tempestivamente e não ocorreu retirada atabalhoada.

Dentre as instituições escolhidas para a mudança estava a CRGM e sua Academia. Assim, em 29/11/1807, a nau "D. Henrique", que a trouxe, largou do Tejo, chegando à baía de Guanabara em 17/01/1808, junto com as naus "Rainha de Portugal" e "Príncipe do Brasil", desgarradas do resto da esquadra. Essa nau "D. Henrique" fora lançada ao mar em 1763, com o nome de "N.Sra. do Pilar", fora construída com madeiras brasileiras, tinha sido docada e reparada em 1793, tendo então seu nome trocado para "D. Henrique".

Na época da vinda, 29/11/1807, a CRGM tinha 25 GM e Aspirantes (dos quais 14 vieram, sendo que 3 ou 4 com seus pais em outros navios.

É de citar-se ainda que em 1/4/1802 o Príncipe Regente D. João criou a biblioteca da Academia para uso dos alunos. Quando da vinda da ARGM para o Brasil, acompanharam-na manuscritos e a documentação cartográfica, mas as obras impressas só vieram em 1809, a bordo da charrua São João Magnânimo, quando também ocuparam parte da hospedaria do mosteiro de São Bento. Em junho de 1810, o Infante Almirante General D. Pedro Carlos mandou abri-la ao público, já que não havia na Corte biblioteca; a isto opôs-se o diretor da ARGM Dantas Pereira, o que a fez permanecer exclusiva dos militares. Logo depois, em novembro de 1810, foi criada a atual Biblioteca Nacional, com obras da Biblioteca Real da Ajuda de Portugal. Assim, a primeira biblioteca pública no Brasil deixou de ser a nossa.

Finalizando, cabe relembrar que a CRGM e sua Academia, criada em 1782 e instalada em Lisboa em 1783, transferida para o Brasil em 1807 com a maioria de seus lentes, oficiais, GM e Aspirantes, chegou ao Rio de Janeiro em 17/1/1808. Foi instalada, por ordem do Conde de Anadia (primeiro Ministro da Marinha e Ultramar no Brasil), nas hospedarias do Mosteiro de S. Bento em 05/05/1808 e vem funcionando ininterruptamente, desde então, em terras brasileiras, sendo a nossa Escola Naval a mais antiga instituição de ensino superior no Brasil.

Em Portugal ficou a Real Academia de Marinha (civil), e lá sua Escola Naval data de 1845, durante o reinado de D. Maria II, irmã de D. Pedro II.

Desta maneira, a criação da Escola Naval data de 14/12/1782, e a data de 05/05/1808 é apenas a de sua instalação em terras brasileiras, no Mosteiro de São Bento.

Bibliografia:

ALBUQUERQUE, Antônio Luiz Porto. Da Companhia de Guardas-Marinhas e sua Real Academia à Escola Naval – 1782-1982. Rio de Janeiro: Biblioteca Reprográfica Xerox, 1982.

BOITEUX, Lucas Alexandre. A Escola Naval (seu histórico) – 1761-1937. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1940. Primeira Parte: Da fundação à maioridade de D. Pedro II.